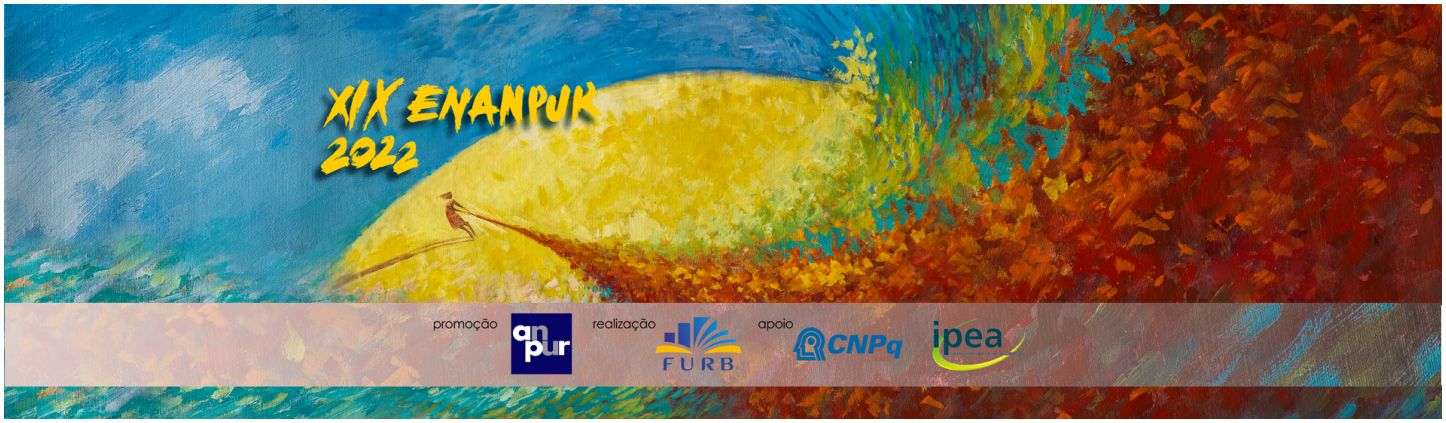

XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

PERSPECTIVAS FEMININAS E FEMINISTAS: A CONSTRUÇÃO DE COMUNS URBANOS NOS MOVIMENTOS DE MORADIA NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO

Nathalia de Oliva Silva (Universidade São Judas Tadeu) - nathalia_olivasilva@hotmail.com
Arquiteta e Urbanista pela Universidade São Judas Tadeu (2019). Discente do programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade São Judas Tadeu..

Eneida de Almeida (Universidade São Judas Tadeu) - eneida.almeida@saojudas.br
Professora da Graduação e Pós-Graduação da Universidade São Judas Tadeu, possui doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP (2010), mestrado em Studio e Restauro de Monumenti pela Università La Sapienza, Roma (1987), graduação em Arquitetura e Urban

Perspectivas femininas e feministas:

a construção de comuns urbanos nos movimentos de moradia na Zona Leste de São Paulo

RESUMO

Este trabalho parte de uma revisão bibliográfica acerca do estudo de movimentos de moradia, direcionando o olhar a perspectivas femininas e feministas, de modo a tecer uma compreensão de sua importância e seu papel na produção do espaço, em consonância com a noção de comuns urbanos, enquanto forma de emancipação individual e coletiva frente às desigualdades de gênero a que estão acometidas. Para tanto, pretende-se buscar um olhar aproximado sobre o tema, direcionando o enfoque para a Zona Leste de São Paulo, a partir do estudo de caso do "Mutirão Paulo Freire", enquanto movimento representativo da participação feminina e da autogestão como ação libertadora. Os procedimentos metodológicos procuram explorar leituras de autores não só do campo urbanístico, mas também aquelas ligadas especificamente à antropologia urbana e à etnografia, bem como autoras que exploram o pensamento feminista. Os resultados vão na direção de ampliar a base teórica, tecendo relações importantes acerca do tema e de exemplos consolidados, visando um horizonte de possibilidades e novas formas de produzir arquitetura e cidade, que possam ser replicadas na prática.

INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, que tem como intuito, numa próxima fase, relacionar bases teóricas com entrevistas de campo, produzindo dados de cunho empírico, a fim de compreender e mapear ações de mulheres no território capazes de contribuir para seu reconhecimento no espaço, autorreflexão e sua consequente emancipação. No entanto, ao partir de estudos que compreendem de maneira mais abrangente o tema dos movimentos sociais (BONDUKI, 1992), percebe-se que a participação feminina e sua representatividade nesses movimentos, em especial nos movimentos de luta por moradia (enfoque desde trabalho), são deixados em segundo plano, enquanto no cotidiano é possível perceber uma majoritária frente feminina na organização e articulação de movimentos e ações.

Por essa razão, a leitura de bases teóricas ligadas à antropologia urbana e à etnografia (CARDOSO, 2004) auxiliam na construção de uma metodologia capaz de aproximar o estudo a questões latentes e subjetivas do cotidiano que escapam dos estudos generalizadores. A contribuição deste trabalho está focada na abordagem de sujeitos comumente deixados à margem, tanto nas tomadas de decisões, como no reconhecimento de suas atuações no território que se refletem em passos importantes para o fortalecimento das lutas sociais.

Ao aprofundar o estudo sob essa ótica aproximada, percebe-se a necessidade de abordar as questões ligadas ao gênero por uma perspectiva interseccional, a fim de aprofundar ainda mais a discussão, tratando de subjetividades que não devem ser generalizadas no contexto único de gênero, como questões de cunho social, racial e sexual. Nesse sentido, o pensamento decolonial, caracterizado pela busca de alternativas plurais à lógica capitalista

universalizadora e desigual, aqui tratado por meio da abordagem feminista e racial de Djamila Ribeiro (2017), cunha o conceito de "lugar de fala" a partir da "teoria do ponto de vista feminista" como forma de reivindicar diferentes formas de análise a fim de compreender realidades ignoradas pelo pensamento hegemônico. Ribeiro, trata mais especificamente do feminismo negro, contudo, esse conceito permite analisar diversas realidades e diversos "feminismos".

A título de retomada histórica, enquanto exemplo prático bem sucedido das questões abordadas por este trabalho, o Mutirão Paulo Freire foi definido como o estudo de caso. Sua contribuição, tanto no âmbito da autogestão enquanto alternativa aos processos de produção de moradia popular, quanto na produção de conhecimento entre todos os envolvidos, é abordada neste artigo como possibilidade de pensar a autogestão como alternativa aos processos hegemônicos e excludentes engendrados pela estrutura capitalista.

A segunda etapa da pesquisa, ainda em fase de preparação, propõe o rebatimento dessa revisão bibliográfica com as entrevistas e atividades realizadas em campo com mulheres integrantes de movimentos de luta por moradia, a fim de relacionar o conhecimento adquirido por elas no cotidiano de luta e compreender como essa nova reflexão pode prover caminhos e possibilidades de produzir arquitetura e cidade de maneira menos desigual e mais libertadora. Os instrumentos escolhidos para a pesquisa qualitativa e participativa vão ao encontro da noção do lugar de fala, possibilitando reconhecer e mapear ações que permitem reflexões e aprendizados não somente para as mulheres envolvidas, mas para outras que se identificarem com essas experiências.

HISTÓRICO

Partindo de uma retomada histórica acerca dos movimentos sociais no Brasil, é possível definir, de maneira geral, os anos de 1980 como chave de mudança nos modos organizativos das lutas por direito à cidade, especialmente sob o cenário de redemocratização e crise econômica e habitacional em que o Brasil se encontrava. Desde a década de 1960, os movimentos sociais – não totalmente autônomos – tinham forte apoio da Igreja Católica, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base e de grupos assistencialistas formados por intelectuais e universitários, são exemplos desses movimentos o MDU (Movimento Universitário de Desfavelamento) da Faculdade de Medicina da USP (1961); o Movimento dos Favelados (1968-1969); a operação Periferia (1972) e o Movimento Custo de Vida (1972). Essa mudança, portanto, inseriu um posicionamento político mais ativo por parte dos sujeitos na tomada de decisões e na organização de movimentos sociais, encarando a cidade e o direito ao seu acesso enquanto campo de disputas e cenário de mobilizações[1].

A década de 1980, como citado anteriormente, foi marcada pelo agravamento da crise econômica e habitacional no Brasil. Com taxas de crescimento do PIB negativas e um decréscimo nos índices de expansão da indústria, a taxa de desemprego aumentou consideravelmente. Como aponta Nabil Bonduki (1992), São Paulo sofreu os efeitos dessa crise e do desemprego de forma mais significativa, uma vez que concentrava quase metade da

[1] Dados apresentados em aula durante o curso de mestrado, na disciplina de Teoria e História do Planejamento, cursada no primeiro semestre de 2021.

produção industrial nacional. Concomitantemente, o arrocho salarial foi acentuado em decorrência de reajustes mais baixos que a inflação – com taxas de 100 e 200% ao ano, pelas taxas de rotatividade em cargos e o subemprego. A organização dos trabalhadores nesse período, segundo o autor, apresentou avanços, dentre eles a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). No entanto, as organizações não foram capazes de impedir a ocorrência de demissões, queda de salários, assim como as reivindicações não sanaram o aumento dos preços de produtos de primeira necessidade (BONDUKI, 1992).

Em decorrência dessa conjuntura, a crise de moradia em São Paulo no início dos anos 1980 foi agravada. De acordo com Bonduki, a questão da moradia popular é resultado das dificuldades econômicas encontradas pelos trabalhadores e, somente por meio da compreensão do impacto que a recessão impõe na condição de vida dos trabalhadores que não possuem casa própria "é que se pode avaliar as razões de ordem econômica que levaram milhares de pessoas a se organizarem em movimentos de conquista de moradias, que assumem, neste período, conteúdos inteiramente novos" (BONDUKI, 1992, p.23). O sonho da casa própria, foi possível durante três décadas por meio da autoconstrução inserida em um fenômeno que Maricato (2015) classifica como "urbanização com baixos salários". A partir da década de 1970, no entanto, esse quadro foi alterado. O número de favelados crescia 45% ao ano entre 1970 e 1980, bem como o número de moradores em cortiços e casas precárias de aluguel na periferia (BONDUKI, 1992, p.24).

O patrimonialismo, como indica Maricato (2015), está ligado à desigualdade social e, portanto, em momentos de recessão e baixa nos salários, se faz mais latente a necessidade de deter uma moradia própria em detrimento do aluguel. No entanto, são nos momentos de crise em que se agravam as disparidades de acesso à moradia, alimentação, saúde, educação, etc., na sociedade capitalista. Dessa forma, no contexto abordado dos anos 1980 há o surgimento de movimentos massivos pela conquista de moradia, como enfatiza Bonduki:

> Em agosto de 1981 surgem as primeiras ocupações organizadas, em Campo Limpo, Zona Sul de São Paulo. São moradores da periferia que, ameaçados de despejo, não encontram mais espaço nas favelas da região. A situação gera tensões sociais muito fortes, o que pressiona diversas organizações, como Comunidades Eclesiais de Base e associações de bairro, a tornarem-se núcleos aglutinadores onde se discutem formas de encontrar uma "solução" coletiva ao problema (BONDUKI, 1992, p. 28)

O movimento de luta por moradia que surgiu nesse período, diferente de outras formas de reivindicação anteriores, teve um forte apelo pela autogestão enquanto perspectiva de luta pelo direito à cidade e à cidadania. Esse horizonte na luta por moradia, segundo Bonduki, aponta para um instrumento na construção democrática capaz de "assegurar aos cidadãos formas de controle de ação do Estado, canais de participação popular descentralizadores de poder e modos de gestão pública não estatal" (1992, p.31). A autogestão, nesse sentido, surge como uma maneira de luta ativa, em que a população, para além da reivindicação, a utiliza enquanto ferramenta para solução de problemas e formação de sujeitos políticos conscientizados.

No entanto, grande parte da bibliografia acerca dos movimentos sociais no Brasil não aprofunda a discussão a respeito do papel da mulher no trabalho, fator que influencia diretamente a persistente conjuntura desigual e a participação feminina nessas mobilizações sociais. Com a emergência da classe burguesa no século XVIII, o padrão nuclear de família – formado por pai, mãe e filhos – foi reforçado, estabelecendo relações e funções diferentes para homens e mulheres (REIS, 2010; ROUDINESCO, 2003 apud CÚNICO; ARPINI, 2014). Esse modelo patriarcal endossado pelo capitalismo fortaleceu, como aponta Nalu Faria (2012), uma divisão entre uma esfera pública (relacionada a produção do capital) e outra privada (ligada à reprodução do capital). Essa divisão reduziu o conceito de trabalho somente ao que diz respeito à esfera da produção, o que acaba por estigmatizar a mulher à função de sujeito passivo (ou inativo), corroborando para uma longa jornada de submissão feminina aos papéis de aparelho reprodutor e mecanismo de manutenção da casa e dos filhos, enquanto atribui ao homem as prerrogativas de provedor e chefe da família. Desse modo, as atividades que ocorrem na esfera considerada privada (reprodução, cuidados domésticos e familiares) não são incorporadas à lógica mercantil sob a noção de trabalho (FARIA, 2012).

Nesse contexto, Faria (2012) aponta algumas questões ligadas ao Neoliberalismo e à transformação social da mulher no curso histórico, embora a discussão seja muito mais profunda e antiga. A autora observa que no final do século XIX, mulheres foram massivamente incorporadas aos setores de produção e serviços em fábricas, sendo submetidas a remunerações muito inferiores às dos homens e a condições precárias de trabalho. Ressalta ainda que uma parcela de mulheres com alta escolarização obteve acesso a funções "superespecializadas e executivas". Esse processo, em contrapartida, engendra um aumento do que ela chama de "globalização dos serviços de cuidados", referente a migração de mulheres dos países do Sul para o Norte. No Brasil, mais especificamente em São Paulo, é possível notar essa demanda de "terceirização" dos serviços de cuidados (seja da casa, dos filhos ou ambos) por meio de uma "migração" que se dá, principalmente, entre mulheres da periferia para a execução do trabalho doméstico em residências de bairros considerados mais ricos.

Dessa forma, um dado relevante diz respeito aos fenômenos determinantes para a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Se para mulheres de classe média as transformações sociais e conquistas de direitos associadas aos temas do feminismo e da emancipação feminina foram essenciais para a mudança de seu papel na estrutura do trabalho; por outro lado, para mulheres da periferia urbana, o elemento motriz dessa inserção advém da necessidade de luta por sobrevivência (COSTA & MARRA, 2013 apud CÚNICO; ARPINI, 2014). Por essa razão, a ocupação de cargos entre ambos os grupos se torna tão desigual, dificultando o acesso de mulheres periféricas (e negras, considerando o recorte racial) a oportunidades similares. Esse dado é fundamental para a compreensão das necessidades ligadas ao gênero inseridas nos recortes de classe, etnia, raça e qualidade de vida, uma vez que é notória a disparidade de oportunidades e acesso a informações nesses recortes de análise.

De acordo com a recente pesquisa realizada pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2020) acerca das

consequências geradas pela Pandemia do novo Coronavírus, o trabalho doméstico – ainda caracterizado por uma atividade precária e de baixa valorização social – representa um setor diretamente afetado pela Pandemia, evidenciando ainda mais desigualdades de gênero e raça. Em 2018, entre os aproximadamente 6,23 milhões de trabalhadores dessa categoria 92,7% eram mulheres, sendo majoritária a participação de mulheres negras nesses percentuais, representando 65,0% desse percentual. Segundo esse levantamento, a maioria das mulheres ocupadas na atividade possui uma média de idade alta, o que intensifica o risco em decorrência da exposição ao vírus. Além disso, 45,0% dessas trabalhadoras são chefes de família, sendo maior a participação nesse recorte de mulheres em situação de extrema pobreza.

Essas questões, no entanto, são abordadas atualmente de modo mais aprofundado por autoras empenhadas no estudo de gênero. Contudo, o pensamento feminista, fazendo parte de um fenômeno recorrente no país, teve seu princípio vinculado a questões generalizadoras. O considerado marco de reconhecimento e conscientização da situação da mulher no país advém dos chamados “grupos de reflexão”, durante os anos 1960-1970, incluindo pautas como trabalho, vida doméstica, política e leituras de textos estrangeiros trazidos por ativistas, segundo Heloisa Buarque de Hollanda (2019). No entanto, a reflexão feminista brasileira, nesse contexto, estava fundada em um campo de militância em decorrência do regime militar recém instaurado, em contraposição ao que ocorria na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, em que a luta era embasada em ideais de libertação e transformação da década sob um viés de gênero. Por essa razão, no Brasil, era comum que as iniciativas do movimento feminista estivessem vinculadas ao Partido Comunista ou à Igreja Católica Progressista (um importante agente de oposição à ditadura e apoiadora dos movimentos sociais em geral durante esse período, conforme abordado anteriormente). No entanto, a questão de gênero e as subjetividades decorrentes do tema eram deixadas de lado. Como afirma Hollanda (2019), enquanto o Partido reivindicava priorizar questões mais amplas e “urgentes”, a Igreja por outro lado representava um conflito para assuntos como aborto e sexualidade, por exemplo.

Dessa forma, se em um primeiro momento, o pensamento feminista na academia brasileira se apoiava nos discursos de esquerda como busca por uma legitimação para abordar o assunto de gênero, por outro lado com a criação do Sistema de Pós-Graduação (que facilitou a produção de pesquisas sobre a condição da mulher) e a atuação da Fundação Carlos Chagas (responsável pela consolidação dessa área do conhecimento), os estudos feministas no Brasil começaram a se desenvolver de maneira mais consolidada. Esse segundo momento concentrou trabalhos voltados para os campos da Sociologia, Antropologia e Ciência Política, tecendo temas como trabalho, saúde reprodutiva, violência doméstica e aborto (embora o tema relacionado ao aborto fosse tratado dentro de especificidades relacionadas ao contexto ditatorial) (HOLLANDA, 2019).

Nessa perspectiva, a contraposição aos estudos ligados às macroestruturas, entre 1970 e 1980, motivou pesquisadoras como Eunice Durham e Ruth Cardoso a enfrentarem o desafio de compreender, por meio de estudos antropológicos e etnográficos, novos modos de vida sob um olhar aproximado do sujeito.

Nesse sentido, atualmente, impulsionado pela difusão do feminismo interseccional no Brasil, a compreensão das nuances presentes dentro do estudo de gênero possibilita abrir margem para a discussão de variadas pautas, capazes de compreender e abarcar questões ligadas a diversas mulheres, com diferentes contextos, histórias e necessidades, tendo em vista que a questão de gênero precisa estar aliada a questões de raça, classe, sexualidade, dentre outras.

Por essa razão, interessa a este trabalho articular estudos do campo urbanístico a estudos da antropologia urbana e etnografia aliados ao pensamento feminista interseccional, como forma de compreender a participação feminina nos movimentos de luta por moradia não somente a partir das motivações que as levam por esse caminho, mas principalmente com o intuito de vislumbrar novas possibilidades a partir de suas ações no presente.

UMA ABORDAGEM APROXIMADA

No entanto, um ponto pouco abordado pelas bibliografias abrangentes sobre o tema é a atuação feminina nas mobilizações por direito à moradia e nos processos autogestionários. Por essa razão, encontra-se a necessidade de abordar o recorte de gênero inserido em mobilizações populares, uma vez que as subjetividades dos sujeitos atuantes nos movimentos sugerem novas abordagens e frentes de ação. Para tal, este estudo visa buscar aporte teórico em estudos do campo antropológico e etnográfico, que direcionem métodos para auxiliar a compreensão de subjetividades, procurando aliar a participação das mulheres nas ciências sociais contemplando uma dupla condição de produção e difusão de conhecimento, que não se atém apenas à contribuição de antropólogas em discussões conceituais e metodológicas produzidas no campo das ciências sociais, mas que, sobretudo, articula essa experiência de investigação à participação feminina na linha de frente de mobilização por moradia e, por extensão, pelo direito à cidade, uma vez que o trabalho nos canteiros dos mutirões de autoconstrução, produzem igualmente conhecimento, articulando saberes e práticas.

Essa conjunção de interesses se baseia no fato de que, na passagem dos anos 1970 para os anos 1980, identifica-se uma significativa presença feminina na liderança de mobilizações sociais de base, pautada pelas carências de recursos derivados das políticas de arrocho salarial, ao mesmo tempo em que se assinala uma marcante atuação de mulheres pesquisadoras, entre as quais Eunice Durham e Ruth Cardoso, que exercem uma relevante contribuição para o deslocamento do eixo das pesquisas para as investigações antropológicas: a primeira atenta aos modos de vida, às escolhas culturais, distanciando-se de leituras economicistas ligadas às macroestruturas, enquanto a segunda enfrenta os desafios ligados aos procedimentos metodológicos dessas pesquisas que dão preferência ao micro estudo (CARDOSO, 2004).

É importante frisar que as formas embrionárias de organização política de áreas periféricas circunscritas ao recorte espacial desta pesquisa – situado na Zona Leste paulistana –, desenvolvidas no plano da vida cotidiana, seja com petições e abaixo-assinados por investimentos em infraestrutura, seja por meio do Movimento Custo de Vida (MCV, 1973) – vinculado às Comunidades Eclesiais de Base (CEB) –, teve as mulheres como principais protagonistas, enquanto os

homens se mobilizavam no interior das fábricas e dos sindicatos (ALMEIDA; DIAS; CAMPANHA, 2019).

Nesse contexto, se por um lado avançavam os estudos das ciências sociais ligados a temas como o desenvolvimento e a teoria da dependência econômica, grande parte deles de orientação marxista, por outro, a antropologia urbana prosseguia suas investigações vinculadas aos temas circunstanciados, associados às dinâmicas locais, em conexão com a escala metropolitana, voltados às condições de vida na periferia e às reivindicações por direito à cidade. Esses últimos estudos adotavam o método etnográfico como ferramenta essencial para a investigação dos sujeitos periféricos, juntamente com estudos qualitativos das práticas cotidianas, exercidas em redes de movimentos constituídas, reconhecendo suas identidades e representações.

Essas investigações desenvolvidas no âmbito das ciências sociais, mais precisamente no campo da antropologia urbana, propiciam tecer aproximações às proposições de Djamila Ribeiro (2017) e de Silvia Federici (2014, 2020), formuladas no campo da filosofia. Ribeiro, ao introduzir o conceito de lugar de fala, traz à tona a questão da identidade de quem profere um discurso, a partir de uma perspectiva de análise que procura romper com visões hegemônicas, tidas como universais, no sentido de reconhecer especificidades da experiência de mulheres, sobretudo negras, que se encontram num lugar de vulnerabilidade social, decorrente de uma conjuntura de desigualdades situada no contexto urbano. Federici, por sua vez, propicia debater sobre o papel central das mulheres nas práticas de resistência atravessadas por práticas de autoproteção e cuidado, ao coletivizarem o trabalho reprodutivo, enquanto ferramenta voltada à diminuição dos custos da reprodução e à proteção mútua contra a pobreza e a violência estatal, e ainda contra a violência exercida de maneira individual pelos homens.

A contribuição de Ribeiro corresponde a um suporte teórico para abordar as discussões de gênero, raça, classe, como elementos da estrutura social que reforçam as hierarquias e evidenciam a condição de grupos subalternizados e, consequentemente, a percepção de produções intelectuais, saberes e vozes igualmente subalternizados. É precisamente essa percepção que permite romper com o silenciamento e a invisibilidade de certas experiências, com o propósito de resgatar a legitimidade dessas produções, evidenciadas aqui não pela exclusão, mas sim pelas trocas interpessoais, seja por meio da militância, seja pela própria reprodução da vida cotidiana. Reivindicar um lugar social e sua condição de fala, sob esse prisma, autoriza alcançar um reposicionamento diante de realidades diversas (e adversas), afirmar o valor das experiências individuais (e de seus desdobramentos) vinculadas a experiências comuns de certos grupos sociais. Nesse sentido, o lugar social pode não determinar uma consciência discursiva sobre esse lugar, contudo, certamente o lugar que se ocupa socialmente possibilita ter experiências distintas e vislumbrar perspectivas singulares ancoradas no meio social. O conceito de lugar de fala, ao admitir a recusa de um discurso autorizado e único, pretensamente universal, consente superar um regime de autorização discursiva (RIBEIRO, 2017, p. 38).

A contribuição de Federici (2014) possibilita estabelecer uma ponte precisa entre as discussões de cunho antropológico e social de orientação feminista, com o intuito de repensar a realidade social, e a compreensão acerca

do *comum*. A esse respeito, a autora assinala duas razões fundamentais para compreender a importância alcançada pela ideia de *comum*, aparentemente arcaica, dentro dos movimentos sociais contemporâneos: por um lado, preencher a lacuna deixada com o desaparecimento do modelo revolucionário estatizante como alternativa ao capitalismo, por outro, contrapor-se à tendência neoliberal de subordinar todas e cada uma das formas de vida e de conhecimento à lógica do mercado.

Nesse contexto, a noção de *comum:*

> (...) proporcionou uma alternativa lógica e histórica ao binômio Estado e propriedade privada, Estado e mercado, permitindo-nos rechaçar a ficção de que são âmbitos mutuamente excludentes e de que somente existiria escolha entre eles, em relação às nossas possibilidades políticas. Também cumpriu uma função ideológica, como conceito unificador prefigurativo da sociedade cooperativa que a esquerda radical luta para construir (FEDERICI, 2014, p. 146).

Cabe reafirmar que Federici considera o *comum* desde uma perspectiva feminista, ou seja, tomando como ponto de partida a luta contra a discriminação sexual e as discussões que envolvem o trabalho reprodutivo e sua relevância em toda organização social. Dessa forma, a reprodução, para a autora, equivale a um terreno estratégico para a construção de um futuro, uma vez que a lógica do sistema capitalista, ao se pautar pelo lucro individual e das corporações, baseia-se na exploração do trabalho humano e na subordinação da reprodução da vida. Essa condição é ainda mais desfavorável para as mulheres, que continuam a enfrentar condições desiguais no ambiente profissional, além de estarem submetidas à dupla jornada de trabalho. Em contrapartida, redes de mulheres têm sido organizadas para se fortalecerem mutuamente e contribuírem para resistir ao Estado e ao capital, criando formas mais solidárias de reprodução, entendendo que: “reprodução é cuidado, culinária, acompanhamento de doentes. E também o cuidado com a natureza” (FEDERICI, 2020).

A questão dos *comuns urbanos* é bastante abrangente e coloca uma série desafios a serem aprofundados que, embora fujam ao escopo deste trabalho, podem ser aqui, ao menos, identificados num amplo leque de condições que abarcam desde as articulações possíveis entre os marcos legais e as experiências concretas – buscando consolidar as conquistas da ação coletiva –, entre as inovações jurídicas que subsidiam o mais amplo acesso aos direitos urbanos por parte dos cidadãos, aos desafios intrínsecos à instituição do *comum*, como a cogestão e o processo de constituição da comunidade, que assumem contornos diversos a cada experiência.

Nesta fase da pesquisa em andamento, este trabalho parte do estudo da produção do espaço no campo urbanístico e das contradições e conflitos gerados pelo contexto histórico, social e político no qual se insere, com o intuito de agregar à pesquisa uma ótica aproximada sobre os sujeitos e suas narrativas situadas nesses campos de disputas da cidade. Sendo assim, busca-se embasamento nas abordagens sociológicas, ligadas à antropologia urbana e à etnografía, como forma de apreensão de um processo metodológico focado em estudos de caso apartados de uma lógica estruturante e generalizadora, a fim de que se possa reconhecer e mapear discursos e representações femininas e feministas, enquanto chaves de compreensão da periferia e seus embates sob diferentes horizontes e subjetividades. Em um segundo momento, a pesquisa de

campo será fundamental tanto para a percepção empírica do território objeto de estudo (Cidade Tiradentes, Zona Leste de São Paulo), quanto para a experimentação de perspectivas individuais e coletivas das mulheres engajadas na luta por moradia, por meio de entrevistas e relatos do cotidiano. Diante de uma conjuntura complexa como a atual, em que os colapsos econômicos são cada vez mais evidentes, torna-se urgente contribuir para a construção de um pacto inclusivo, o que requer um novo modelo de planejamento e gestão de nossas cidades, de maneira a propiciar o desenvolvimento de projetos participativos de transformação urbana e social nas periferias, hoje territórios fragmentados e descontínuos, tendo em vista não só o diálogo, mas também o enfrentamento do poder político local.

MULHERES COMO SUJEITOS ATIVOS NA LUTA POR MORADIA

A luta por sobrevivência na sociedade capitalista – que abrange a busca por moradia, emprego, educação, saúde, etc. – impõe, segundo Silva (2014), um enfrentamento de dificuldades desigual entre gêneros, uma vez que a existência do que o autor denomina "trabalho mercenário", associado aos valores patriarcais, geram uma dupla jornada de exploração e vulnerabilidade social às mulheres, evidenciando a escassez de moradia e segregação socioespacial engendrada pelo sistema vigente. Ainda, ao compreender a cidade como um produto (para além de seu sentido material), Silva define como ponto fundamental a produção de relações sociais que existe nela, bem como a reprodução de seres humanos e sua consciência – diretamente influenciada por valores patriarcais. Dessa forma, "a cidade como um resultado do trabalho alienado de homens e mulheres produz também consciências alienadas" (SILVA, 2014). Sob esse ponto de vista, torna-se crucial abordar temas como as lutas por melhores condições de vida; creches; moradia, etc., bem como o protagonismo feminino na conquista de direitos básicos, visto que o papel imposto pelo patriarcado às mulheres abriu precedentes para a compreensão feminina acerca de questões do âmbito privado (cuidado com a casa e filhos), sob uma ótica apartada da esfera pública, em relação à atuação masculina.

Dessa forma, tratar da inserção de mulheres nas lutas por reivindicação de direitos à cidade e moradia torna-se uma maneira de desconstruir os papéis pré-definidos para homens e mulheres. Essa participação, no entanto, não decorre necessariamente do envolvimento em teorias e reflexões feministas, como aponta Silva (2014), mas vincula-se à urgente necessidade de habitação e aos meios de sobrevivência na cidade; razões similares às apontadas por Cúnico e Arpini (2014) para justificar a inserção de mulheres em situações vulneráveis no mercado de trabalho. No entanto, ao se inserirem nos espaços ativos de liderança e política, essas mulheres não estão isentas das explorações e da dupla jornada de trabalho motivadas pelo sistema. Portanto, é comum que dependam de uma rede de solidariedade formada por outras mulheres que as possibilite compartilhar suas responsabilidades domésticas.

> São as mulheres que liberam o tempo de outras mulheres. As mulheres de classe média e alta estão apoiadas no trabalho de outras mulheres – que formam a categoria das empregadas domésticas – para se liberarem no seu cotidiano das tarefas domésticas. Quanto às mulheres pobres, estas não têm acesso à alta tecnologia disponível para uso doméstico nem contam com recursos para contratarem outras

> mulheres. O que se produz neste caso são redes de solidariedade comunitária ou familiar nas quais as mulheres trocam entre si o cuidado com as crianças e fazem as outras tarefas domésticas dentro da dupla jornada como já foi colocado. (ÁVILA, 2002, p.43 apud SILVA, 2014)

O conceito do "comum", portanto, como uma nova dinâmica de gestão coletiva abrange uma lógica de sentido social orientando o serviço público para uma gestão comum e solidária afastada do poder institucionalizado pelo capitalismo. Enquanto um princípio político, como aponta Marino (2018), a questão dos comuns não se limita aos espaços ou bens públicos, mas corresponde a "itens que executam uma função essencial na vida coletiva" (MARINO, 2018, p.172). No entanto, no âmbito das periferias e do espaço autoconstruído, a autogestão já é uma realidade inerente à luta por sobrevivência. A necessidade torna crucial a adoção de práticas sociais independentes do valor de uso ofertado pelo Estado, que na maioria das vezes não favorece essa parcela da população. Dessa forma, a noção de comunidade é fortalecida por meio das redes de solidariedade que se criam, especialmente entre mulheres, como já citado anteriormente. Essas mulheres, como bem estabelece Alana Moraes (2018), em um processo de produção de subjetividades, desconstroem as fronteiras que apartam as variadas esferas de suas vidas e fabricam possibilidades de resistência, como forma de ressignificar os papéis de gênero impostos pelo patriarcado.

O estudo abordado por Moraes (2018) diz respeito às subjetividades femininas presentes no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). A abordagem da autora parte do anseio em compreender o comum urbano enquanto prática possível na luta feminina por sobrevivência, mas especialmente por espaço político no contexto de opressão e silenciamento no qual estão inseridas. Os relatos documentados por ela retratam a importância do posicionamento ativo dessas mulheres na rede solidária que estabelecem ao se identificarem com o outro enquanto parte de um coletivo mais amplo. O ensaio elaborado por Moraes (2018) evidencia as relações produzidas no cotidiano de luta por moradia como uma possibilidade de contraposição ao sistema capitalista e suas imposições generalizadoras e desiguais.

O MTST, enquanto movimento, contribui de maneira importante para a construção de uma gestão comum. Um exemplo de ação são as "Cozinhas solidárias", projeto que nasceu em meio à pandemia com o propósito de ajudar a combater a fome durante esse período de crise[2]. Além da produção das refeições, os alimentos também são produzidos no espaço, em hortas orgânicas. Um dos pontos principais do projeto é o fato de que há uma proposta de conscientização política e social atrelada à alimentação, visto que cada cozinha se dispõe a ser um espaço para rodas de conversas, orientações e socialização. A participação feminina em espaços como esse se dá por diversas razões. O cuidado está atrelado ao papel feminino, inevitavelmente em decorrência dos padrões estipulados pela sociedade. No entanto, as mulheres assumem posições de liderança nesses projetos, para além do serviço doméstico atrelado

[2] Apresentado por Ana Ribeiro, Coordenação nacional MTST, durante palestra "Comer como ato político: centralidade das cozinhas comunitárias na organização dos movimentos" para o curso de extensão "Autogestão e movimento social: o papel das mulheres nas lutas populares pelo direito à moradia", realizado no período de 17/05/2021 a 05/07/2021.

a ele. O cuidado, nesse sentido, engendra mecanismos para ações coletivas de bem maior, com mobilizações palpáveis capazes de alterar uma realidade, independentemente da conjuntura e possibilitando criar novas centralidades na organização do movimento.

Outras ações similares podem ser abordadas, como as "Padarias comunitárias" do Paraná, que fazem parte do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araujo (CEFURIA). Essa iniciativa surgiu em 1996 por meio de um grupo de mulheres preocupadas com as dificuldades dos moradores de um bairro em Curitiba. As padarias são formadas apenas por mulheres e seguem os princípios da economia solidária, no qual todas dividem igualmente custos e sobras. Além disso, as padarias servem como um espaço de acolhimento, conscientização, troca de conhecimentos, e aprendizado sobre gestão coletiva. As mulheres envolvidas desempenham um trabalho de emancipação feminina, por meio de conversas, "místicas" (rodas de reza, espiritualização) e capacitação, por meio de cursos e oficinas.[3]

Segundo Michele Barrett e Roberta Hamilton (apud Castro, 2019), sujeitos políticos "são mulheres que escolheram como arena o domínio público, em que o *self* entremeia-se a um coletivo por meio de suas práticas" (p. 213-214). Estar no contexto da cidade, nesse sentido, representa para a mulher um campo de disputas muito mais acirradas quando comparado ao que isso representa para o homem. No caso das mulheres, especialmente quando periféricas e expostas a condições de trabalho mais vulneráveis, estar na cidade não é suficiente enquanto conquista de direitos, uma vez que o lar ainda é enquadrado enquanto uma esfera privada, evidenciando a sobrecarga feminina na dupla jornada, como já mencionado.

Portanto, a participação ativa nos movimentos sociais representa para essas mulheres, além da necessidade de luta por sobrevivência, um meio de emancipação e articulação de ideias. A autogestão, sob esse viés, possibilita meios de facilitar esse protagonismo feminino, uma vez que as coloca em uma frente de tomada de decisões e ações e, por essa razão, a abordagem do tema a partir do feminismo interseccional se mostra mais efetiva enquanto possibilidade de abarcar todas as nuances das desigualdades sofridas por mulheres e que de forma sua atuação no território pode influenciar nessa conjuntura. É notório o fato de que a luta feminina nas periferias parte de uma consciência diferente da luta feminista na academia e entre a classe média e, portanto, não é desejável descartar a capacidade de opressão que existe dentro do mesmo gênero. A luta por sobrevivência sobrepõe outras questões, especialmente ao tratar de mulheres chefes de família. No entanto, sua experiência na mobilização e em ações do cotidiano produzem conhecimento tanto quanto a produção teórica. A reflexão produzida nesses canteiros e no cotidiano de luta, possibilita a essas mulheres, dentre muitos aprendizados, o reconhecimento de si mesmas enquanto sujeitos conscientes de sua realidade e combativos frente às mazelas enfrentadas no dia a dia.

O MUTIRÃO PAULO FREIRE

[3] Apresentado por Rosalba Gomes Wisniewiski, Rede de Padarias Comunitárias do Paraná, em palestra sobre "Redes comunitárias como prática de autogestão" durante o curso supracitado.

Em São Paulo, de 1989 a 1992, durante a gestão da Prefeita Luiza Erundina (Partido dos Trabalhadores), foi criado o Programa de Mutirões Autogeridos, ensejo para a formação de diversos grupos de assessoria técnica no campo da Arquitetura e Urbanismo, com o intuito de prover aparato técnico para as organizações de moradores dos mutirões. Posteriormente, na gestão seguinte (Paulo Maluf, 1993-1996), esse programa foi encerrado e a virada do século passou a ser marcada pelo conservadorismo político e políticas neoliberais.

Nesse contexto urbano controverso, marcado pelo conservadorismo político, e pelo neoliberalismo, é fundada, em 1999, a Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, exemplo simbólico da luta por moradia e da aprendizagem decorrente da autogestão. O processo do mutirão, desde a formação da associação até a entrega dos apartamentos, perdurou por dez anos, evidenciando diversas disputas inerentes à expansão e ao planejamento da cidade, bem como a importância da ação coletiva na construção da luta por direito à cidade (Tone; et al, s/d).

A Associação Paulo Freire foi o primeiro grupo a assinar o contrato para uma obra de cem apartamentos com projeto autogerido, desde a criação e o encerramento do Programa de Mutirões promovido pela gestão da prefeita Luiza Erundina, em 1992 (Tone; et al, s/d). Esse fato evidencia a força que os movimentos sociais passaram a ter naquele momento, em uma retomada das lutas populares pela garantia do direito à cidade. A autogestão, nesse sentido, endossa a noção de que os sujeitos podem construir o *comum urbano* a partir de suas próprias ações diretas.

A experiência do Mutirão Paulo Freire, seja do ponto de vista dos técnicos envolvidos, ou dos mutirantes, incorpora um vasto exemplo de "pedagogia da práxis" (Tone; et al, s/d) uma vez que o processo da autogestão engloba desde a participação na co-criação do projeto, até a instância última de definição de regras condominiais. O conhecimento obtido – assim como o conhecimento gerado – por todos os envolvidos torna esse tipo de iniciativa uma experiência alternativa ao modo tradicional de condução da construção civil e das políticas habitacionais nas esferas públicas. O caráter participativo é inerente ao processo autogestionado e, nesse caso específico, simbólico no que diz respeito à participação feminina e seu papel enquanto sujeito ativo. O Mutirão Paulo Freire, como relatam arquitetos e mutirantes envolvidos, teve um importante protagonismo de mulheres, nas mais variadas funções.

A construção civil no Brasil reflete a desigualdade de gênero em praticamente todos os âmbitos, do escritório de arquitetura e engenharia ao canteiro de obras. Algumas arquitetas integrantes do grupo de assessoria técnica do Mutirão Paulo Freire[4] relatam situações em que seus conhecimentos ou capacidades técnicas foram questionadas por empreiteiros e até mesmo mutirantes homens (Tone; et al, s/d). Nesse sentido, cabe às mulheres reivindicarem ainda mais seu espaço enquanto agentes capazes e ativos na divisão de funções.

---

[4] A assessoria técnica escolhida como parceira para o projeto junto à Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, sob orientação do Movimento Leste 1, foi a Usina CTAH, fundada em 1990.

Seguem alguns depoimentos que são representativos da experiência vivida:

> Rose comenta que Valdir, liderança antiga do movimento, gostava de falar que "as mulheres estão evoluindo muito e tomando a frente". O fato de as mulheres assumirem funções organizativas e políticas permite que a experiência avance. Essa também é uma grande diferença com a obra tradicional da empreiteira e seu canteiro masculino. Esse imaginário se estende inclusive às arquitetas na obra: empreiteiros queriam falar só com arquiteto homem, engenheiro de preferência, e mesmo os mutirantes homens tinham desconfiança de sua capacidade, no início. Durante anos, a administração compartilhada entre associação e assessoria foi predominantemente feminina, com Rose, Cris, Bia, Helô e Jade - de homem só havia o Pedro e o Djalma. Cristiane relata que fornecedores, empreiteiros e até fiscais insistiam perguntando "Quem toma conta da obra?" e se surpreendiam que eram mulheres. Mulheres na administração, na cozinha, no cuidado das crianças, mas também subindo paredes, armando e concretando lajes, montando kits hidráulicos etc. (Tone; et al, s/d).

A Associação Paulo Freire, como já mencionado, emerge de um cenário de ascensão da luta por direito à cidade iniciado no final dos anos 1980. O primeiro aprendizado dessas pessoas, segundo relato da assessoria técnica Usina, foi compreender a necessidade de reconhecimento coletivo e participação ativa em reuniões e ações (como ocupações, manifestações, reuniões com o poder público etc.) do movimento de luta por moradia. Essa postura militante (e combativa) possibilita romper barreiras entre os agentes em disputa na cidade, tornando, por consequência, os conflitos urbanos mais acirrados e evidentes, mas, ao mesmo tempo, a necessidade de se aprofundar o diálogo, de se pactuar novos acordos. Por essa razão, a organização da Associação tomou a frente de diversas ações, criando uma organização sólida e com responsabilidades cada vez maiores. É nesse sentido que o protagonismo feminino ganha destaque.

> Desta inserção e participação, novas lideranças emergem e em sua maioria representada pelas mulheres, que demonstraram um movimento de superação da opressão doméstica e de gênero, aspecto enraizado e muito forte entre as classes populares. Nesta construção conjunta há uma mudança qualitativa: passagem do momento da reivindicação para o da cooperação consciente. Como enfatizou Rose, uma das coordenadoras do processo, ao dizer em entrevista "eu sou o movimento", e expressar uma identidade que se construiu coletivamente. E não é por acaso que as mulheres são maioria entre os participantes no mutirão, na organização, nos grupos de trabalho e na coordenação, já que assumem para si os processos sociais da obra (Tone; et al, s/d).

Cabe a esta pesquisa compreender como a participação dessas mulheres no processo de construção do Mutirão Paulo Freire – enquanto reconhecimento da importância de sua atuação e da aprendizagem dos processos realizados naquele contexto –, pode contribuir para a experiência contemporânea.

É importante assinalar que às mulheres coube, no curso da história, um papel marginal na tomada de decisões, restritas à esfera privada e ao trabalho reprodutivo. Por isso mesmo é fundamental reconhecer que essa atuação no território tem grande relevância na produção de conhecimento acerca da questão de gênero nos movimentos de luta por moradia, com o intuito de difundir o saber

prático obtido por mulheres que pautam sua trajetória de luta por sobrevivência na reivindicação por lugar de fala na construção do espaço urbano. Dessa forma, o Mutirão Paulo Freire serve como objeto de reflexão, a título de retomada histórica, com o intuito de vislumbrar novas possibilidades de pensar cidades menos desiguais. Para tanto, pretende-se abarcar perspectivas femininas e feministas atuais a fim de compreender de que forma a questão de gênero ainda influi no processo de produção das cidades, em especial na luta por moradia, e qual o papel exercido por essas mulheres no âmbito das organizações e movimentos sociais.

CONCLUSÃO

As reflexões aqui reunidas pretendem ativar uma discussão que mobilize uma disputa tanto no campo teórico-crítico, procurando contrapor-se ao pensamento único da modernidade, bem como posicionar-se num campo de disputa das ações propositivas, tentando encontrar novas formas de produzir arquitetura e cidades, novos modos de vida nas cidades, em concomitância com novas formas de sociabilidade, de cooperação, no fortalecimento de espaços de convivência comunitária, mediados por processos de escuta, de fortalecimento do diálogo, de trocas de visões plurais que tenham uma gramática comum, ao redor do comum. Nesse sentido, mostra-se essencial fortalecer o contato entre pessoas com diferentes conhecimentos, em torno de problemas comuns e situados, tendo em vista a formulação de proposições que contribuam de alguma forma, para a construção de alternativas ao projeto globalizante capitalista neoliberal.

Por essa razão, a aproximação entre a produção teórica de Ribeiro e Federici e os estudos empíricos indicam um horizonte de conhecimentos que potencializam a articulação entre as reflexões teóricas e práticas empíricas, uma vez que podem apoiar e confirmar um processo de emancipação feminina a partir da discussão em torno da identificação dessas mulheres enquanto sujeitos ativos na militância e nos trabalhos de organização dos canteiros, desdobrando na melhoria da qualidade de vida gerada pela nova habitação, inserida em um contexto de ampliação do acesso aos direitos urbanos. As experiências do passado, nesse sentido, despertam o interesse no aprendizado prático adquirido, vislumbrando o desencadeamento de proposições que gerem resultados positivos no presente.

Dessa maneira, os resultados apontam para discussões acerca de diferentes racionalidades perceptíveis no território vivo da cidade, envolvendo um campo de dimensões simbólicas, como entradas possíveis para a projetação dos espaços urbanos, por meio de processos participativos. Essas possibilidades permitem debater a respeito dos limites da disciplina da arquitetura, desenvolvendo uma indagação de natureza epistemológica, que exercita práticas do *comum* e, assim, vislumbra novas formas de produção de cidade, mediante a produção de novos sentidos e de existências, que não se limitem a embasar-se em referências puramente utilitárias e funcionais.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil. *Habitação & Autogestão: Construindo territórios de utopia.* Rio de Janeiro: FASE, 1992.

CAMPANHA, Aline Lourenço. *Territórios da fronteira entre memória e história*. 2018. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.usjt.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/2019/474.pdf. Acesso em: 09 nov. 2020.

CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica*. Teoria e pesquisa. São Paulo: Paz e terra, 1986

CÚNICO, Sabrina D..; ARPINI, Dorian M. (2014, agosto) Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família In: Revista Aletheia, p. 43-44.

FARIA, Nalu. Feminismo e Transformação Social. In: CARTILHAS SEMPREVIVA (org.). *Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: Sof Sempreviva Organização Feminista, 2012. p. 8-17. Disponível em: http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Perspectivasfeministasparaigualdade.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

FEDERICI, Silvia. Pandemia, Reprodução e Comuns. In *Fabrica de sueños*. Tradução de Tadeu Breda. Elefante: 2020. Disponível em < https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/pandemia-reproducao-e-comuns/>. Acesso em 25 mar.2021.

_____. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In MORENO, Renata (org.). *Feminismo, economia e política*. São Paulo: SOF, 2014.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana.* São Paulo: Expressão popular, 2015.

MARINO, Cintia Elisa de Castro. Ativismo e apropriação do espaço urbano em São Paulo. Arq.Urb, São Paulo, n. 23, p. 170-184, set./dez. 2018. Disponível em: https://revistaarqurb.com.br/arqurb/issue/view/4/2. Acesso em: 15 nov. 2020.

MORAES, Alana. *Antes e depois das paredes*: o comum urbano entre mulheres sem-teto na periferia de São Paulo. Arq.Urb, São Paulo, n. 23, p. 64-81, set./dez. 2018. Disponível em: https://revistaarqurb.com.br/arqurb/issue/view/4/2. Acesso em: 15 nov. 2020.

MORENO, Renata; VIUDES, Taís. *A centralidade da autonomia econômica para as mulheres*. In: CARTILHAS SEMPREVIVA (org.). *Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: Sof Sempreviva Organização Feminista, 2012. p. 23-29. Disponível em: http://www.sof.org.br/wp-

content/uploads/2014/04/Perspectivasfeministasparaigualdade.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

TONE, Beatriz; et al: *movimento popular, arquitetura e pedagogia da práxis*. São Paulo, SP: USINA CTAH. Disponível em: http://www.usina-ctah.org.br/mutiraopaulofreire.html. Acesso em: 7 nov. 2020.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SILVA, Phillipe. C. S. *O direito à moradia e o protagonismo das mulheres em ocupações urbanas*. Gênero & Direito, v. 3, n. 1, 16 maio 2014. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/18571/10638. Acesso em: 10 nov. 2020.